

---

**“O QUE EU VEJO É QUE HÁ UM PROBLEMA NA ESCOLA”:  
PERCEPÇÃO DE DOCENTES SOBRE OS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E  
SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS**

---

**“WHAT I SEE IS THAT THERE IS A PROBLEM IN THE SCHOOL”:  
TEACHER’S PERCEPTION OF THE INTERSECTIONS OF GENDER AND SEXUALITY IN THE  
EDUCATION OF CHILDREN**

---

**“LO QUE VEO ES QUE HAY UN PROBLEMA EN LA ESCUELA”:  
PERCEPCIÓN DE DOCENTES SOBRE LOS CRUCES DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA  
EDUCACIÓN INFANTIL**

---

Daniela Lima Duarte<sup>1</sup>  
Marcelle Medeiros Teixeira<sup>2</sup>  
Mithaly Salgado Corrêa<sup>3</sup>  
Dilton Ribeiro Couto Junior<sup>4</sup>

#### RESUMO

A pesquisa recentemente concluída investigou o atravessamento dos marcadores de gênero e sexualidade na prática pedagógica de docentes. Para isso, foram realizadas seis conversas no Google Meet com professoras de diferentes escolas da cidade do Rio de Janeiro (RJ). As conversas foram transcritas e o foco analítico recaiu sobre duas categorias nomeadas de a) *Desafios institucionais engendrados pelos marcadores de gênero e sexualidade* e b) *Práticas pedagógicas no enfrentamento às normas tradicionais de gênero*. A pesquisa se fundamenta principalmente nos conceitos de gênero e heteronormatividade em Butler (2014, 2017, 2024). Adotamos a

---

**Submetido em:** 25/03/2025 – **Aceito em:** 27/10/2025 – **Publicado em:** 20/12/2025

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência na área de educação, tendo atuado em turmas de educação infantil e de ensino fundamental. E-mail: [dduartelima19@gmail.com](mailto:dduartelima19@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8116-9651>.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora substituta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEFB) da UERJ. Integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista Faperj Doutorado Nota 10. E-mail: [marcellemteixeira@gmail.com](mailto:marcellemteixeira@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1799-2769>

<sup>3</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: [mithalycorrea@gmail.com](mailto:mithalycorrea@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4236-6206>

<sup>4</sup> Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ e do ProPEd/UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – Prociência UERJ. E-mail: [junnior\\_2003@yahoo.com.br](mailto:junnior_2003@yahoo.com.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5221-7135>

cartografia *online* como método de pesquisa (CARVALHO; POCAHY, 2023), entendida aqui como uma estratégia dinâmica e interativa para investigar e conhecer as práticas pedagógicas das professoras em seus espaços de trabalho. A conversa como procedimento metodológico buscou fomentar uma relação colaborativa e horizontal com as participantes (COUTO JUNIOR; FERREIRA; OSWALD, 2017), permitindo um aprofundamento nas experiências vividas pelas docentes e uma reflexão mais rica sobre as práticas educacionais e os desafios cotidianos enfrentados por elas no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Os resultados da pesquisa de campo indicam que, apesar dos esforços das docentes, os atravessamentos de gênero e sexualidade ainda representam desafios significativos, muitas vezes reforçados por estruturas institucionais que dificultam práticas pedagógicas capazes de questionar normas sociais heterocentradas. Nos apontamentos finais, concordamos com uma das docentes da pesquisa quando diz que “há um problema na escola” que pode ser enfrentado buscando brechas para continuar desestabilizando os pilares que sustentam o regime heterocentrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Sexualidade. Docência. Crianças. Educação.

#### ABSTRACT

This recently completed research investigated the intersections of gender and sexuality markers in the pedagogical practice of teachers. For this purpose, six online conversations were held on Google Meet with female teachers from different schools in the city of Rio de Janeiro, RJ. The conversations were transcribed, and the analytical focus was placed on two categories named a) *Institutional challenges engendered by gender and sexuality markers* and b) *Pedagogical practices in confronting traditional gender norms*. The research is based primarily on the concepts of gender and heteronormativity in Butler (2014, 217, 2024). We adopted online cartography as the research method (CARVALHO; POCAHY, 2023), understood here as a dynamic, interactive strategy to investigate and become familiar with the pedagogical practices of teachers in their workspaces. The conversation as a methodological procedure sought to foster a collaborative, horizontal relationship between its participants (COUTO JUNIOR; FERREIRA; OSWALD, 2017), allowing for the deepening of the teachers' experiences and a richer reflection on educational practices and everyday challenges that they face regarding gender and sexuality. The results of the field research indicate that, despite efforts from the teachers, the intersections of gender and sexuality still represent significant challenges, often reinforced by institutional structures that hinder pedagogical practices capable of questioning heterocentric social norms. In the final notes, we express agreement with one of the teachers from the research that “there is a problem in the school”, which may be addressed by seeking loopholes to continue destabilizing the pillars that support the heterocentric regime.

**KEYWORDS:** Gender. Sexuality. Teaching. Children. Education.

#### RESUMEN

La investigación recientemente finalizada investigó la intersección de los marcadores de género y sexualidad en la práctica pedagógica de los docentes. Para ello, se realizaron seis conversaciones a través de Google Meet con profesores de diferentes escuelas de la ciudad de Río de Janeiro (RJ). Las conversaciones fueron transcritas y el enfoque analítico se centró en dos categorías denominadas a) Desafíos institucionales generados por los marcadores de género y sexualidad y b) Prácticas pedagógicas frente a las normas tradicionales de género. La investigación se basa principalmente en los conceptos de género y heteronormatividad de Butler (2014, 2017, 2024). Adoptamos la cartografía en línea como método de investigación (CARVALHO; POCAHY, 2023), entendida aquí como una estrategia dinámica e interactiva para investigar y comprender las prácticas pedagógicas de los docentes en sus espacios de trabajo. La conversación como procedimiento metodológico buscó fomentar una relación colaborativa y horizontal con los participantes (COUTO JUNIOR; FERREIRA; OSWALD, 2017), permitiendo una comprensión más profunda de las experiencias vividas por los docentes y una reflexión más rica sobre las prácticas educativas y los desafíos cotidianos enfrentados por ellos en relación con las cuestiones de género y sexualidad. Los resultados de la investigación de campo indican que, a pesar de los esfuerzos de los docentes, las intersecciones de género y sexualidad aún representan desafíos importantes, muchas veces reforzados por estructuras institucionales que obstaculizan prácticas pedagógicas capaces de cuestionar las normas sociales heterocéntricas. En las notas finales coincidimos con uno de los docentes investigadores en que “hay un problema en la escuela” que se puede abordar buscando resquicios para seguir desestabilizando los pilares que sostienen el régimen heterocéntrico.

**PALABRAS CLAVE:** Género. Sexualidad. Docencia. Niños. Educación.

## INTRODUÇÃO

A forma como a sociedade percebe os corpos é atravessada por normas/convenções culturais. Existe uma tendência a enxergá-los de forma binária, ou seja, demarcando as pessoas como homens ou mulheres, com expectativas de comportamentos, papéis sociais e identidades específicas associadas a cada um desses sexos, buscando uma suposta coerência entre sexo e gênero (BALISCEI, 2020; FREITAS; COUTO JUNIOR; CARVALHO, 2018). Essa visão binária e heteronormativa leva à marginalização e discriminação de pessoas que não se enquadram nessas categorias tradicionais, resultando no cerceamento de suas vidas. Não obstante, a heteronormatividade “delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem” (LOURO, 2013, p. 17).

Nesse contexto heteronormativo, reiteram-se ideias e práticas visando o enquadramento dos modos de vida; esses enquadramentos “são postos em funcionamento modelando, materializando e reconhecendo os corpos nas práticas pedagógicas, por meio de disciplina, controle, identificação, diferenciação, classificação, ordenação” (ANDRADE; CARVALHO; COUTO JUNIOR, 2023, p. 35). Essas/es autoras/es nos ajudam na percepção e análise do cotidiano, reconhecendo que muitas frases reiteram a força das normas regulatórias de gênero, como “meninos não choram!” (reforçando a ideia de que expressar emoções é uma fraqueza masculina); “isso é coisa de menina/menino” (limitando os interesses e atividades das crianças com base no gênero); “você joga/brinca/fala como uma menina!” (usado como insulto, sugerindo que ser/agir “como uma menina” é inferior). Partimos em uma direção oposta e julgamos importante repensar o modo como ensinamos as crianças, desde pequenas, a reiterar pensamentos/valores que desqualificam determinados modos de ser/existir.

Em sua obra *Para educar crianças feministas*, Adichie (2017) ressalta que, quando pararmos de impor a “camisa de força” do gênero às crianças pequenas, será possível abriremos espaço para que elas alcancem seu pleno potencial. Muitas vezes, como adultas/os, projetamos nas crianças grande parte de nossas expectativas e nos frustramos quando elas não percorrem os caminhos que planejamos/desejamos. Aquelas/es que estabelecem uma relação adultocêntrica com as crianças criam estratégias para governar a vida delas, desconsiderando que, mesmo pequenas, elas têm pensamentos e vontades próprias que precisam ser respeitadas e valorizadas.

As expectativas do mundo adulto, muitas vezes, são internalizadas pelas famílias, como observado por Preciado (2013), que destaca como sua mãe e seu pai colocavam em prática uma educação ainda muito pautada nas normas sexuais e de gênero. Esse comportamento é reflexo de um sistema educativo que reprime a dissidência com ameaças, intimidações e castigos. Outro exemplo da internalização das normas de gênero e sexualidade por parte das famílias são os conhecidos “chás revelação”. De acordo com Freitas, Couto Junior e Carvalho (2023, p. 39), essa festividade, realizada ainda durante a gravidez, consiste em “um rito de passagem em que o feto se torna um bebê generificado”. Segundo a autora e os autores, esses eventos reiteram um conjunto de normas e papéis sociais que sustentam o que é ser homem ou mulher, os quais são constantemente reiterados no cotidiano. Deste modo, o regime heterocentrado, materializado nas expectativas familiares, é alimentado e reforçado por práticas que emergem antes mesmo do nascimento da criança. Conforme lembra Butler (2014, p. 253), “gênero não é exatamente o que alguém ‘é’ nem é precisamente o que alguém ‘tem’. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam”. Dessa forma, o que Preciado (2013), Freitas, Couto Junior e Carvalho (2023) denunciam é o modo como as instituições sociais buscam normatizar a vida das pessoas, reiterando a força de um regime que valoriza corpos, gêneros e sexualidades alinhados com a heteronormatividade.

Diante do breve panorama acima mencionado, consideramos ser fundamental a atuação das/os educadoras/res em sala de aula para discutir temas considerados tabus e desafiar as normas e convenções culturais tidas como incontestáveis, conforme argumentam Freitas, Couto Junior e Carvalho (2018). Ademais, precisamos buscar o rompimento de uma lógica centralizada na ideia de que “cada um de nós é homem ou mulher, homossexual ou heterossexual; além disso, quando se é homem, deve-se ser masculino e sentir atração por mulheres femininas, e vice-versa” (BORRILLO, 2010, p. 92). É essencial, portanto, rompermos com essa perspectiva binária de compreensão do corpo, gênero e sexualidade, fazendo da sala de aula um espaço para se aprender a conviver com/na diferença.

Neste artigo, fruto de pesquisa recentemente concluída<sup>5</sup>, investigamos como os marcadores de gênero e sexualidade atravessam a prática pedagógica de docentes de diferentes escolas da cidade do Rio de Janeiro (RJ). As conversas, realizadas na plataforma Google Meet em 2024 com seis docentes, ocorreram de maneira aberta e flexível, sendo transcritas e, posteriormente, analisadas com o objetivo de identificar os temas e as práticas pedagógicas que emergiram em um cenário de enfrentamento às normas regulatórias de gênero e sexualidade produzidas e reiteradas pelo regime heterocentrado.

---

<sup>5</sup> O trabalho de campo foi conduzido pela primeira autora do texto. Os sujeitos participantes da pesquisa foram majoritariamente professoras com quem a primeira autora teve contato durante a realização dos estágios obrigatórios do curso de pedagogia. Para preservar a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, os nomes utilizados são fictícios.

A conversa como procedimento metodológico visou fomentar uma relação colaborativa e horizontal com as participantes (COUTO JUNIOR; FERREIRA; OSWALD, 2017), permitindo um aprofundamento nas experiências vividas pelas docentes e uma reflexão mais rica sobre as práticas educacionais e os desafios cotidianos enfrentados por elas no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Durante as conversas, buscou-se criar um ambiente acolhedor e seguro, incentivando as participantes a se sentirem à vontade para compartilhar suas experiências e percepções. Adotamos a cartografia *online* como método de pesquisa, entendida aqui como uma estratégia dinâmica e interativa para investigar e conhecer as práticas pedagógicas das professoras em seus espaços de trabalho. A cartografia *online* vai além de simplesmente mapear a produção dos dados; ela envolve uma prática de construção ativa de conhecimento, abrindo espaço para as múltiplas possibilidades investigativas-analíticas durante o percurso da pesquisa (CARVALHO; POCAHY, 2023).

A seguir, apresentamos a análise das conversas realizadas, que são voltadas para discutir a percepção das docentes sobre os atravessamentos de gênero e sexualidade na educação de crianças. As narrativas foram organizadas em duas categorias, que nomeamos de a) *Desafios institucionais engendrados pelos marcadores de gênero e sexualidade* e b) *Práticas pedagógicas no enfrentamento às normas tradicionais de gênero*. Posteriormente, nas considerações finais, concordamos com uma das docentes ao indicar que “há um problema da escola”, e que nos parece que o caminho é continuar buscando brechas para continuar investindo na desestabilização dos pilares que sustentam o regime heterocentrado.

## **PERCEPÇÃO DAS DOCENTES SOBRE OS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS**

### *Desafios institucionais engendrados pelos marcadores de gênero e sexualidade*

Para pensar os desafios institucionais no que se refere à discussão da temática de gênero e sexualidade na escola, selecionamos os relatos das professoras Simone e Rafaela, que apontam para a dificuldade no avanço dessa discussão e, principalmente, na implementação de práticas que estejam politicamente comprometidas com os diferentes modos de ser/estar no mundo. A professora Simone, que atua como educadora há oito anos em uma tradicional rede de colégios particulares da Zona Sul, aponta a seguir o que ela enfrenta em seu cotidiano escolar:

Na escola, ficou implícito que não abordaríamos essas questões diretamente. Às vezes, parece que a escola tenta evitar avançar nas discussões sobre gênero e

sexualidade, o que pode ser uma maneira de se proteger contra preconceitos internos. No entanto, quando a criança expressa claramente sua identidade de gênero ou orientação sexual, respeitamos sua posição. Eu costumo orientar as crianças sobre o respeito, explicando que expressões como “gay” não são xingamentos, mas sim uma forma de se identificar. O que eu vejo é que há um problema na escola, pois parece que o assunto não é reconhecido como algo real. Estamos no quinto ano, estudamos todos os aparelhos reprodutores, mas não abordamos a sexualidade em si. Parece que há um tabu em torno do tema; você pode discutir o sistema circulatório e muitos outros temas, mas o reprodutor e a sexualidade são evitados. Eu penso que seria importante ter um profissional especializado em educação sexual na escola. Ter aulas dedicadas a isso seria fundamental para fornecer uma educação sexual adequada. No entanto, como isso ainda não é uma realidade, tentamos lidar com o assunto da melhor maneira possível dentro das limitações atuais.

Simone narra os impasses experienciados por ela, evidenciando um padrão comum envolvendo desconhecimento e/ou desinteresse. Esse padrão pode ser percebido em frases como: “parece que a escola tenta evitar avançar nas discussões sobre gênero e sexualidade”, “parece que o assunto não é reconhecido como algo real” e “parece que já há um tabu em torno do tema”. As impressões de Simone trazem diferentes motivos pelos quais o tema não é melhor explorado na escola, o que certamente deixa de enriquecer a formação das crianças. Nesse sentido, uma estratégia comumente utilizada é o enfrentamento do tema por parte de algumas professoras, conforme frisado pela própria Simone: “tentamos lidar com o assunto da melhor maneira possível dentro das limitações atuais”. Como exemplo, ela menciona que ensina às crianças que “expressões como ‘gay’ não são xingamentos, mas sim uma forma de se identificar”. Essas conversas e orientações demonstram um esforço por parte da professora para respeitar e legitimar os corpos, gêneros e sexualidades dissidentes.

Além disso, cabe destacar a fala da professora quanto à necessidade de uma abordagem mais estruturada e informada sobre educação sexual, conforme recomendação de Baliscai (2020) sobre a integração dessas discussões no espaço escolar. Simone realiza uma crítica sobre a forma como essas discussões são tecidas, uma vez que “estudamos todos os aparelhos reprodutores, mas não abordamos a sexualidade em si” e “você pode discutir o sistema circulatório e muitos outros temas, mas o reprodutor e a sexualidade são evitados”. Evitar a temática em sala de aula não é uma característica exclusiva da escola em que a professora atua. Além disso, quando a sexualidade é abordada nas escolas, frequentemente é limitada a temas como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gravidez na adolescência, ficando evidente ainda a reprodução de discursos que definem padrões (hetero)normativos diferenciados para meninos e meninas. Sobre este ponto, conforme destacam Cavaler e Salvaro (2021), as meninas são frequentemente responsabilizadas pela prevenção da gravidez precoce e pelos cuidados maternos decorrentes de uma possível gravidez na adolescência, enquanto aos meninos é atribuído o papel de provedores financeiros decorrentes de uma possível paternidade.

Refletir sobre os discursos que atuam e se reproduzem nas instituições de ensino implica reconhecer, conforme Louro (1997), que as diversas instâncias e práticas sociais são simultaneamente moldadas pelos constructos de gênero, ao passo que contribuem para sua (re)construção, tendo o gênero, portanto, papel ativo na formação dos sujeitos. Esses espaços – instâncias e práticas – são, desta forma, generificados, configurando-se tanto como produtores quanto como produtos das relações de gênero que neles existem. Essas diferenciações, reforçadas por um viés limitado das abordagens de sexualidade e gênero na escola, acabam por reforçar estruturas que naturalizam as desigualdades de gênero existentes.

Destacamos a seguir a narrativa da professora Rafaela, que também luta para implementar discussões sobre as questões de gênero e sexualidade na escola em que leciona. A docente compartilha suas observações sobre as práticas da sua escola, especificamente sobre as/os demais docentes:

A aceitação dos docentes ainda é limitada. Portanto, permanecemos em campos distintos, com nossas ações ainda sendo poucas e esparsas. Acho que poderia ser feito mais, mas a aceitação do grupo, em sua maioria, ainda não está garantida.

Rafaela aponta que as iniciativas para atualizar e incentivar as/os docentes sobre questões de gênero e sexualidade na sua escola são escassas. Ela observa que a aceitação das/os docentes em relação a essas questões ainda é limitada, o que resulta em ações fragmentadas e, de acordo com ela, insuficientes. A falta de uma abordagem unificada e o desafio da aceitação dentro do grupo indicam que há uma necessidade de maior investimento e comprometimento para promover mudanças efetivas. Essa perspectiva ressalta a importância de implementar estratégias mais robustas e sistemáticas para a formação e sensibilização das/os docentes. A resistência e a falta de engajamento podem ser obstáculos significativos para garantir que todas/os estejam preparadas/os para lidar com estas temáticas e promover um ambiente que assegure o direito das crianças às expressões de gênero e sexualidade.

As inquietações de Simone e Rafaela nos alertam para a necessidade de continuar investindo em uma formação docente que abarque a discussão de gênero e sexualidade; uma formação que valorize a escuta e o respeito, privilegiando a partilha como modo de pensar em estratégias no combate às diversas formas de violência no cotidiano escolar (AMARO; COUTO JUNIOR; GANEM, 2021). Um dos motivos pelos quais defendemos a discussão dessa temática na formação é a necessidade de superar a visão de que as/os estudantes (e as/os próprias/os docentes) são meros corpos neutros; elas/es são sujeitos cujos corpos estão inscritos nos diferentes marcadores sociais de gênero, raça, sexualidade, identidade de gênero, para citar alguns. Deste modo, não há como dissociar estes marcadores, uma vez que fazem parte da constituição das/os estudantes. Surgem, nesse contexto, os desafios sobre como lidar com a diferença.

A professora Simone narra, a seguir, sua experiência com uma criança trans:

Eu estou no quinto ano. Este ano, tenho uma criança transgênero. O ano começou em fevereiro, e esse aluno, que é trans, chegou. O que é muito difícil é que há várias coisas que o identificam como menina, como a parte documental. Então, eu tento esconder isso. A chamada está no nome de menina, e eu pedi, por favor, para trocarmos. Fico chateada porque brinco com eles de ‘onde meu dedo parar, você vai responder’. Não posso parar o dedo na Ana, uma menina. Dá para trocar? Aí, comecei a perguntar para a coordenação: ‘Mas vou chamar de quê?’. E como fazemos com o banheiro? Na escola é sempre assim, né? Isso é uma questão. Quando falamos de banheiro, em qual banheiro eu o deixo ir? O coordenador sumia. Quando fiz a mesma pergunta para a diretora, ela também sumia. Então, pensei: ‘Quer saber? Esse é meu aluno, e eu vou cuidar dele’. Ele é um menino. Disseram que precisavam chamar a mãe dele, porque ela precisava autorizar o uso do nome social<sup>6</sup> e permitir que ele usasse o banheiro masculino. Mas a mãe não aparecia na escola, coitada. Acho que tudo é justificável, afinal, é uma situação nova para ela também. Um dia, conseguiram falar com ela na saída da escola, e ela finalmente autorizou. Então, tudo resolvido que ele seria chamado de Guilherme conforme o nome social que ele escolheu. Falei com a coordenadora e decidimos que ele poderia usar o banheiro PCD<sup>7</sup>, que é mais reservado. Ele tem autorização para usar o banheiro masculino, mas não vai. Acho que ele se sente diferente.

O relato acima evidencia as dificuldades enfrentadas por educadoras/es ao lidar com as questões de identidade de gênero na escola não somente na teoria, conforme as demais narrativas apresentadas anteriormente, mas também na prática, evidenciando a necessidade de um apoio institucional politicamente implicado. Simone reflete sobre como devemos lidar com as demandas e especificidades de uma criança trans, considerando que, não raramente, o espaço institucional ainda é muito marcado por um olhar cisheteronormativo. Caminhamos com o argumento de que, “de fato, se uma pessoa é chamada de homem quando é mulher, ou de mulher quando é homem, esse vocativo é um apagamento daquilo que ela é. Esse apagamento é um efeito concreto, uma modificação da realidade e uma forma específica de violência” (BUTLER, 2024, p. 190). Em meio a tantas interrogações sobre como agir, reconhecendo o apagamento dessa criança nos documentos da escola e na chamada, a professora Simone pede ajuda à coordenação e à direção, no entanto, ambas se omitiram, segundo ela. Buscando propor um ambiente acolhedor para a criança, Simone se pergunta: “Quer saber? Esse é meu aluno, e

---

<sup>6</sup> Conforme Nota Técnica da Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, 2013), a adoção do nome social em registros escolares não requer autorização prévia dos pais, uma vez que estes, comumente, são os primeiros a rejeitar a identidade de gênero do/a filho/a. A nota técnica reforça que o direito à adoção do nome social está fundamentado na Constituição Federal Brasileira, que determina a proteção de crianças e adolescentes como prioridade absoluta (Art. 227), bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que define como dever coletivo – tanto da sociedade em geral, quanto do Estado – a garantia de direitos como a dignidade, o respeito e a liberdade (Art. 4º). Cabe destacar que essa base jurídica sustenta o direito à autodeterminação de jovens trans, reconhecendo que a negação do nome social pela escola configura uma violação dos direitos fundamentais e expõe esse grupo a discriminação na vida escolar.

<sup>7</sup> A sigla PCD refere-se a pessoa com deficiência.

eu vou cuidar dele’. Ele é um menino”. A mobilização dessa professora permitiu um cuidado necessário com o aluno Guilherme, desde o respeito e utilização do seu nome social à autorização para o uso do banheiro masculino e também do banheiro PCD, caso desejasse um espaço mais reservado.

Diante das narrativas de Simone e Rafaela, defendemos a importância da formação não somente das/os docentes, mas também de todo o corpo escolar. Muitas/os estudantes nos convidam a uma escuta mais atenta e sensível durante a prática pedagógica, de modo a evitar a reiteração de violências dos corpos dissidentes. Além dos aspectos de cisgeneridade e transgeneridade, outros marcadores precisam ser encarados com seriedade, fazendo da escola um espaço seguro para todas/os. A formação continuada sobre questões de gênero e sexualidade na educação é, portanto, fundamental para garantir práticas pedagógicas antissexistas e antiLGBTI+fóbicas. Sobre este aspecto, a professora Simone compartilhou suas estratégias e desafios nesse processo:

Acho que na escola há alguns grupos ou iniciativas voltadas para a sexualidade, mas eles ainda são bastante restritos. Muitas dessas atividades ocorrem durante a semana, o que considero um grande erro. Oferecer capacitações fora do horário de trabalho é problemático, pois os professores já estão sobrecarregados e explorados. Mesmo que eu lute para que as capacitações sejam em horários mais acessíveis, como em um sábado, isso ainda não é ideal.

Simone ressalta que a oferta de formação continuada em horários não convencionais durante a semana pode limitar a participação das/os professoras/es devido à sobrecarga de trabalho e falta de disponibilidade. Esse ponto reflete uma crítica comum em relação à formação, que muitas vezes é oferecida fora do horário escolar, tornando a participação menos viável. Ela também menciona a necessidade de integrar essas discussões na dinâmica escolar de maneira mais envolvente, reconhecendo que, com a realização “em horários não convencionais, como à tarde no sábado ou à noite em uma quarta-feira”, a participação fica comprometida. Simone sugere que atividades de formação sobre gênero e sexualidade devem ser incorporadas ao calendário escolar e consideradas parte das responsabilidades docentes.

### *Práticas pedagógicas no enfrentamento às normas tradicionais de gênero*

Nesta seção, selecionamos os relatos das professoras Laura, Rafaela e Fabiana, que discutem as vivências e práticas pedagógicas delas em sala de aula, buscando desconstruir os estereótipos de gênero. Entre os recursos mencionados, elas destacam os livros como estratégia pedagógica para conversar com as crianças. Laura, que leciona em uma escola particular na Zona Norte, narra uma experiência que mostra como ela vem trabalhando a temática:

Há uma história em um livro que aborda justamente a questão de brincar entre meninos e meninas. Na história, há um personagem chamado Horácio, que não permite que as meninas brinquem com ele porque ele não acha legal brincar com meninas. Esse tema gerou uma discussão muito interessante em sala de aula. Eu pude ouvir as opiniões das crianças sobre essa questão. Na época, um menino disse que não aceitava brincar com meninas, independentemente da brincadeira. Poderia ser pique-pega, ou qualquer outra atividade, mas ele simplesmente não aceitava. Isso me surpreendeu, especialmente porque era minha primeira turma. Perguntei a ele o motivo, e ele respondeu que seu pai havia dito que os meninos só podiam brincar com outros meninos. Com o tempo, descobri que o pai dele era militar, muito rigoroso, com um jeito mais machista de pensar. Claro, não estou generalizando, mas esse era o contexto específico dessa família. O pai estava ensinando ao filho desde cedo que ele não podia brincar com meninas. Na época, a turma ficou espantada com essa ideia e começou a discutir o assunto. As outras crianças disseram: ‘Isso não faz sentido! Claro que uma menina pode brincar com um menino. Menina pode até jogar futebol, você não vê a Marta?’ A discussão foi intensa, e eu gostei muito, pois fez o menino refletir. É claro que uma única conversa não seria suficiente para desconstruir o pensamento dele, especialmente porque a influência da família é muito forte. Nós, como educadores, fazemos a nossa parte ao falar sobre o assunto e promover discussões, mas não podemos forçar ninguém a mudar de opinião. Ele permaneceu com o pensamento dele, e acredito que deva continuar assim até hoje, porque o pai provavelmente mantém as ideias. O menino acabou saindo da escola, mas creio que ainda carrega essa visão.

Laura utilizou a história do livro como um ponto de partida para uma discussão com as crianças, buscando promover a reflexão crítica sobre o tema. Ao estimular as crianças a debaterem e questionarem o comportamento do personagem Horácio, a professora buscou promover uma educação que desafia as normas tradicionais de gênero, essencial para desestabilizar uma visão de mundo ainda muito naturalizada. Ao mencionar que durante sua busca pela desestabilização provocou uma reação negativa em um dos estudantes, que afirmou não aceitar brincar com meninas, nem de pique-pega ou qualquer outra atividade, a professora Laura reconhece que a desconstrução de estereótipos é um processo gradual e que “uma única conversa não seria suficiente para desconstruir o pensamento dele”.

Segundo Freitas, Couto Junior e Carvalho (2018), a escola tem um papel fundamental em oferecer espaços onde essas normas sejam questionadas e as crianças explorem diferentes formas de identidade de gênero em um ambiente seguro e acolhedor. Na prática pedagógica, os desafios relacionados à desigualdade de gênero são diversos e exigem a construção de um planejamento estratégico por parte das/os educadoras/es, que comumente atuam sem apoio institucional, somado ao fato de que muitas famílias apresentam visões conservadoras sobre o que as crianças (não) devem aprender na escola. Laura defende um maior investimento na discussão do tema no espaço escolar na tentativa de ressignificar determinados pensamentos, uma vez que as experiências lúdicas das crianças são atravessadas negativamente pelo policiamento de gênero (Butler, 2017). Nas palavras da autora, são pessoas “que insistem que

o gênero tem sempre de aparecer de uma maneira, que buscam por criminalizar ou patologizar aqueles que vivem seus gêneros ou suas sexualidades de maneiras não normativas” (p. 35).

A promoção de um ambiente respeitoso é proposta pela professora Fabiana, que compartilhou sua experiência a partir dos desafios e das iniciativas realizadas para incorporar a discussão de gênero em sua sala de aula. Inspirada pelo livro *Menino brinca de boneca?*, de Marcos Ribeiro (2011), a professora planejou uma atividade intitulada “Dia do Brinquedo” para sua turma de crianças de três anos. A proposta tinha como objetivo desconstruir as noções tradicionais de que certos brinquedos são exclusivamente para meninos ou para meninas. Ela descreve a experiência:

Eu queria que os meninos tivessem a oportunidade de brincar com bonecas, trocando roupinhas e colocando-as para dormir, e que as meninas também pudessem brincar com carrinhos. Queria questionar a ideia de que apenas as mulheres cuidam ou que só os meninos devem brincar com determinados brinquedos. No entanto, fui chamada pela coordenação, que achou a proposta inadequada e me impediu de implementá-la.

Fabiana evidencia as dificuldades que as/os educadoras/es enfrentam ao tentar promover o debate de gênero em suas práticas pedagógicas. A resistência institucional, exemplificada pela coordenação, que impediu a implementação com a justificativa de ser uma “proposta inadequada”, demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que estas discussões sejam plenamente incluídas no currículo escolar. Apesar dessas barreiras, a professora continuou a buscar formas de romper com a desigualdade de gênero em diferentes contextos educacionais. Após a experiência frustrada na escola particular, ela passou a se envolver em projetos em uma Organização Não Governamental (ONG) que promovia valores inclusivos, e, mais tarde, levou esses aprendizados para o ambiente educacional do município onde passou a trabalhar.

A professora Fabiana, além de incentivar as/os estudantes a questionarem as divisões de gênero envolvendo as brincadeiras e os jogos, inspirada pelo livro de Marcos Ribeiro, também busca questionar a atuação no mercado de trabalho, refletindo sobre as áreas tradicionalmente associadas ao sexo feminino ou masculino. Trata-se, portanto, de uma estratégia crucial para buscar superar as desigualdades de gênero e desafiar estereótipos social e culturalmente reiterados, conforme ela apresenta a seguir:

Eu busco desenvolver dinâmicas e projetos pedagógicos que desafiem as ideias preconcebidas que a sociedade atribui a determinadas profissões. Meu objetivo é mostrar que qualquer pessoa pode exercer qualquer profissão, independentemente de gênero. A noção de que certas profissões ‘devem’ ser ocupadas por homens ou mulheres é ultrapassada. [...] Essas ideias se originaram como uma forma de opressão, onde, por exemplo, as mulheres eram limitadas a profissões associadas ao cuidado, como a de professora, restringindo suas escolhas e oportunidades.

Para superar esses estereótipos, Fabiana utiliza estratégias pedagógicas que visam desconstruir as discriminações por sexo. Por meio de dinâmicas e projetos que buscam questionar o modo como, tradicionalmente, vêm ocorrendo distinções entre homens e mulheres na sociedade, a docente busca contribuir para a criação de um ambiente educacional onde as/os estudantes se sintam livres para explorar e se dedicar às áreas de interesse. Não há como ignorar a reiteração de discursos que naturalizam a ideia “de que meninas se identificam mais com a área de humanas e meninos com a área de exatas; meninas podem demonstrar afeto a outras meninas, enquanto os meninos não podem; meninas agitadas são consideradas malvistas, diferentemente dos meninos” (ANDRADE; CARVALHO; COUTO JUNIOR, 2023, p. 36).

O relato das professoras mostra que há uma tentativa de romper com esses e outros discursos em sala de aula, buscando desnaturalizar premissas alinhadas à heteronormatividade. Nos parece que o caminho é continuar buscando brechas para continuar investindo na desestabilização dos pilares que sustentam o regime heterocentrado, conforme abordaremos brevemente a seguir a título de conclusão.

## **O PROBLEMA NA ESCOLA EXISTE, E AGORA? BUSCANDO ALGUMAS RESPOSTAS PARA ESTE DILEMA**

As experiências compartilhadas pelas professoras evidenciam como a educação é fundamental para desconstruir ideias/valores sintonizados com a heteronormatividade. Para isso, há a urgência de se criar espaços de reflexão crítica, permitindo que as crianças (e as próprias docentes) questionem e discutam o modo como os corpos, gêneros e sexualidades são compreendidos no regime heterocentrado. Aprendemos com Butler (2024) que a linguagem é capaz de apagar/silenciar determinados corpos em posição de dissidência. Nosso modo de ler o mundo, segundo a autora, ainda é muito marcado por um referencial binário, que produz profundas formas de violência. Dito isso, como profissionais da educação, temos um compromisso ético-político de não invisibilizar temas considerados tabus que têm o potencial de chacoalhar os discursos preconceituosos e discriminatórios direcionados a todas as pessoas, principalmente aquelas que não se enquadram nas normas e convenções sociais produzidas pelo regime heterocentrado.

“O problema na escola existe”, segundo uma das docentes. O reconhecimento desse problema é importante porque nos traz a possibilidade de identificá-lo e de buscar caminhos para enfrentá-lo. Não estamos carentes de respostas para as questões apresentadas pelas professoras; elas próprias fornecem pistas que incluem a necessidade de repensar as estratégias pedagógicas desenvolvidas com as crianças até a defesa da formação continuada para o aprofundamento do

tema gênero e sexualidade, que, inegavelmente, atravessa o modo como pensamos, agimos, ensinamos-aprendemos.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMARO, Ivan; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; GANEM, Bruno. “Eu reboło até o chão mesmo!”: vidas precárias e corpos de gênero dissidentes no cotidiano escolar. **Revista Exitus**, Santarém, v. 11, n. 1, p. 1-24, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/faVPet>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ANDRADE, Lara Lage; CARVALHO, Felipe; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. Experiências docentes em atos de currículo antissexistas e antirracistas na educação básica. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 32-55, out./dez. 2023. Disponível em: <<https://is.gd/tbG8i8>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BALISCEI, João Paulo. Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como pedagogias de gênero. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 223-244, ago. 2020. Disponível em: <<https://shre.ink/MwjC>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. **Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidades**, Natal, v. 11, n. 16, p. 29-49, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ni4w9G>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/1T21RxO>>. Acesso em: abr. 2017.

CARVALHO, Felipe; POCAHY, Fernando. Cibercartografia: uma abordagem ético-epistêmico-metodológica na cibercultura. In: OSWALD, Maria Luiza; FERNANDES, Adriana Hoffmann; SILVA, Dagmar Mello; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino (Orgs.). **Metodologias de pesquisa online**: investigando em/na rede com o outro. Rio de Janeiro: Ayvu, 2023, p. 175-203.

CAVALER, Camila Maffioletti; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Produção de sentidos e sexualidade na juventude: um relato de experiência. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 156-163, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3DL24J9>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Compartilhando experiências sobre o “armário”: as conversas online como procedimento metodológico da pesquisa histórico-cultural na cibercultura. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 6, n. 1, p. 23-34, out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zRX7KV>>. Acesso em: 26 out. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREITAS, Paula Rios de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de. Quando as (hetero)normas estremeçam o cotidiano da Educação Infantil: conversas com professoras sobre as marcas de gênero expressas nas interações entre crianças. **Revista Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 20, p. 37, p. 246-263, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ay9fAX>>. Acesso em: 29 out. 2018.

FREITAS, Paula Rios de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; CARVALHO, Felipe. “Eu sempre sonhei em ter um neto homem!”: cartografando vídeos de “chás de revelação” no YouTube. **O Social em Questão**, v. 26, n. 55, p. 37-58, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3E1mYnk>>. Acesso em 18 mar. 2025.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Comissão Especial da Diversidade Sexual. **Nota técnica sobre uso do nome social em escolas e universidades**. Brasília: OAB, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3FujoCO>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PRECIADO, Paul Beatriz. Quem defende a criança queer? **Jangada**, Viçosa, n. 1, p. 96-99, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2YZR4OO>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RIBEIRO, Marcos. **Menino Brinca de Boneca?** 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2011.



DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2025.90734>

Revista Docência e Ciberultura



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.